

BRUNO, Fernanda. "Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação." *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Número 24, (2004) FELDMAN, Ilana. "Reality show: um dispositivo biopolítico" : Colóquio Internacional Televisão e Realidade /FACOM - UFBA, 2008, Salvador. Colóquio Internacional Televisão e Realidade / FACOM – UFBA (2008)

KIRST, Patrícia Beatriz Argôlo Gomes; FONSECA, Tania Mara Galli. "A imagem digital como dispositivo de apropriação dos modos de subjetivação contemporâneos." : *Psicologia em Estudo* (Impresso), v. 15, p. 401-408, Maringá (2010)

PELBART, Peter Pál. "Biopolítica" : Sala Preta 7. Revista do depto. de Artes Cênicas/ECA-USP, São Paulo, n.7, p. 57-66, 2007.

Texto em linha

SANZ, Claudia Linhares – "Fotografias dentro da mochila ou tecnologias iluminadas". in: <http://www.forumfoto.org.br/wpcontent/uploads/2010/09/Fotografias-dentro-da-mochila-ou-tecnologias-iluminadas.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2011.

Filmografia

Afterschool (2008), Dir. Antonio Campos, USA.

Os Famosos e o duende da morte (2009), Dir. Esmir Filho, Brasil.

American Beauty (1999), Dir. Sam Mendes, USA

Diaries Notes and Sketches (1969), Dir. Jonas Mekas, USA

Notas finais

¹ "Em alguns dias eu filmo dez quadros, em outros dez segundos, ainda em outros 10 minutos. Ou eu não filmo nada." Livre tradução. Disponível em: <http://jonasmekasfilms.com/available/index.php?film=walden>

² "E faço vivo, logo, eu faço filmes caseiros. Eu faço filmes caseiros, logo, eu vivo." Livre Tradução.

Línguas minoritárias no ecrã – o caso da língua mirandesa em Portugal

Sérgio Ferreira

Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal

Cláudia Martins

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Abstract

The screen, be it the cinema screen or the home screen, is acknowledged almost unanimously as a powerful means for the assertion of national languages or prestigious standards. Its power can also be extended to the defence of minority languages, official or not, and two examples are the Catalan Regional Channels, and bilingual subtitling practices in Belgium. As far as Portugal is concerned, Mirandese became the second official language in 1999, a language spoken in Miranda do Douro, in the north-eastern part of Portugal, by about 10,000 speakers. It was "discovered" at the end of the 19th century by Leite de Vasconcellos, and only then did it meet its first written forms; the first spelling convention dates from 1999. Since Leite de Vasconcellos, many literary works, newspaper articles and translation of Portuguese classics have been put forth by various authors. However, the screen has not yet been conquered by Mirandese for economic and political reasons. We intend to answer some questions: What is there still to be achieved? What could the screen bring its speakers? Could the screen enable to bridge the generation gaps, to encourage the speakers' self-esteem and identity?

Keywords: Minority languages, Mirandese, Audio Visual Translation

Introdução

Na atualidade, as línguas dominantes encontram-se numa fase de integração mundial permitida quer pelas relações económicas globalizadas, quer pela infraestrutura tecnológica que lhe subjaz, paradigma de uma sociedade em rede (Castells, 2002: 431-434). Esta globalização é reflexo de um modelo de desenvolvimento que implica uma transformação sem precedentes das relações de força entre línguas dominantes e dominadas, entre línguas oficiais e não oficiais que se servem privilegiadamente dos meios de comunicação (media) e das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) como instrumentos de dominação.

Assim, comprova-se o desaparecimento contínuo de línguas minoritárias na direta proporção do declínio e colapso das estruturas socioeconómicas, culturais e identitárias das comunidades que as falam e as reproduzem através dos tempos. Desaparecem em média cerca de 25 línguas por ano, sendo este fenómeno uma situação de inegável esvaziamento cultural. Hagège (2009: 1-5) estima que existem cerca de cinco mil línguas vivas em todo o mundo, alertando para o facto de no final do século XXI poderem vir a virar somente 250 línguas (ou menos), dado o célere movimento de unificação dos mercados linguísticos.

Pretende-se nesta exposição compreender as minorias culturais ou linguísticas como matéria passível de ganhar visibilidade através do ecrã, suporte exemplar que é transversal aos media e às NTIC. Para Wolton (2004: 51), este debate é urgente, visto que estas minorias podem assumir-se como a face invisível da globalização, pois estas incorrem num "risco de encerramento" de pessoas e comunidades numa espécie de "cultura-refúgio", principalmente se se encontrarem nas periferias físicas e simbólicas, afastadas dos espaços públicos dominantes. Este autor refere que estes grupos podem ser alvo de um processo de "espiral de silêncio". Certamente, o caso da língua e cultura mirandesas afirma-se como um exemplo potencialmente adequado para o resgate e a revitalização através do poder dos meios audiovisuais disponíveis.

O conceito de minoria linguística assume-se como dinâmico e resulta da expressão de uma relação de forças, não sendo um conceito essencialista. Segundo Cronin (2003: 144), esta relação pode ser de dois tipos: espacial e diacrónica. Por um lado, a relação diacrónica define a língua minoritária como uma experiência histórica que destabiliza as relações linguísticas de um país, de forma que as línguas se encontram numa relação assimétrica. Um exemplo desta relação é a Irlanda, onde o irlandês foi a língua dominante até aos séculos XVI e XVII, altura em que as políticas expansionistas dos Tudor e de Cromwell aspiraram à subjugação linguística e cultural dos irlandeses. Devido a uma conjugação de vários fatores, o irlandês passou de língua dominante para língua minoritária. Por outro lado, a relação espacial, apesar de também se encontrar relacionada com as relações diacrónicas, resulta de uma reorganização das fronteiras nacionais. Uma situação que ilustra esta relação é o que ocorreu com o desmantelamento da URSS: enquanto no período anterior a este desmantelamento, o russo assumia o estatuto de língua dominante no seio das repúblicas, após a sua desagregação, o russo passou a ocupar o lugar de língua minoritária.

Esta distinção é fundamental, já que estes diversos contextos têm implicações na perspetiva tradutológica: as línguas cujo estatuto de língua minoritária deriva de realinhamentos espaciais encontram-se ligadas a países onde esta mesma língua é a dominante, sendo que as oportunidades de desenvolvimento da tradução são exponencialmente superiores às das restantes línguas minoritárias que resultam de relações históricas. Para além disso, Cronin (2003: 145) refere ainda que normalmente as línguas dominantes são línguas intensamente traduzidas como línguas de partida, ao passo que as línguas minoritárias são línguas intensamente traduzidas como línguas de chegada.

Neste contexto, os media são não só veiculadores de cultura, mas também produtores de novos produtos culturais,

não podendo contudo substituir a transmissão linguística e cultural, ocorrida no seio da família e da própria comunidade (Cormack, 2004: 4).

A situação da língua mirandesa

Em 1999, Portugal (re)conheceu de forma inesperada que o seu monolinguismo secular era afinal um mito e que (co)existia no interior da sua fronteira uma língua diferente que foi tornada oficial, sendo que as suas origens remontam à própria fundação da nacionalidade no século XII.

Nesse ano, aprovou-se a Lei n.º 07/99, de 29 de Janeiro, que inscreve legalmente a existência de uma segunda língua oficial portuguesa que se denomina de língua mirandesa. No plano legal superou-se um "problema ideológico-político" (Ferreira, 2002: 65) que se apresentava como um pilar inabalável da pátria identidade. Paradoxalmente, apenas em 2001 (na quinta revisão constitucional) se estabeleceu que a língua oficial portuguesa era a língua portuguesa.

Decorridos 13 anos do reconhecimento político da língua mirandesa, este acontecimento produziu de imediato dois efeitos significativos: um primeiro sobre a comunidade internacional que com surpresa recebeu esta notícia (e alguns das comunidades com línguas minoritárias oficiais e não oficiais, com franco agrado e satisfação); um segundo sobre a comunidade mirandesa que reagiu de diferentes formas a este acontecimento simbólico, que alterou irreversivelmente o estado letárgico e o declínio da língua.

Assim, a morte da língua mirandesa, anunciada por muitos, não seria mais um vaticínio esperado, nem uma profecia que se autorrealiza, visto que a Lei era o último reduto e recurso da sobrevivência de uma língua alimentada ao longo de seculares gerações, tal como a idealizou o ex-autarca de Miranda do Douro, Júlio Meirinhos. Este representante das gentes de Miranda, falante do mirandês, com origens em São Marinho de Angueira, deputado na Assembleia da República (VII Legislatura, 1995), foi o responsável pela conceção, desenvolvimento e execução de todos os trâmites legais para a proposta de lei (1998), a oficialização e regulamentação (1999) dos direitos linguísticos do mirandês.

Este impacto simbólico foi interpretado e recebido internamente como uma rutura definitiva face à vergonha social acumulada desde tempos imemoriais e à conceção herdada geracionalmente do mirandês como uma língua menor, das gentes do campo, de iletrados, de pessoas que falavam mal a língua portuguesa, embora as resistências e mentalidades de alguns mirandeses ainda necessitem de mais tempo para esta aceitação e assimilação, variando segundo a idade, o género e a posição social.

Facto não conhecido pela generalidade dos portugueses é que a língua mirandesa se encontra filiada no ramo asturo-leonês (Alves, 2008) e essa origem, já estudada desde o início do século XX, parece ainda hoje ser desconhecida para a maioria dos portugueses. Uma língua que é apresentada ao público português por José Leite de Vasconcelos (1900, 1901) através da sua obra de referência "Estudos de Philologia Mirandesa". Este eminente etnólogo e linguista estudou a estrutura linguística e as bases sociais e históricas desta língua, descobrindo um espelho identitário único no espaço português.

No que diz respeito à sua situação sociolinguística, segundo o estudo mais recente sobre a realidade mirandesa realizado por Aurélio Merlan (2009: 454-464), a língua mirandesa assume-se assim como um língua minoritária, sem Estado, reduzida ao espaço de uma comunidade de baixa densidade e representação populacional concentrada no concelho de Miranda do Douro e nalgumas aldeias do concelho de Vimioso, com cerca de 5000 falantes efetivos, avaliados com boa ou muito boa competência linguística. Esta língua foi transmitida predominantemente de forma oral até meados do século XX, intimamente relacionada com o campesinato português (com pouca ou nenhuma instrução), e, devido a estas características, exposta ao perigo de gradual erosão e declínio no contexto da crescente escolarização das gerações mais jovens.

Assim, o epicentro da fragilidade social do mirandês e da consequente substituição linguística é sentido no interior do espaço familiar, sendo reflexo das alterações do valor social da língua. O abandono da língua sente-se na relação direta do seu silenciamento na "relação comunicativa entre pais-filhos a favor da língua maioritária" (Merlan, 2008: 29). Esta relação desigual resulta do facto de a língua de Estado e das instituições do Estado (escola e administração, a religião, entre outros aparelhos ideológicos do Estado) ser expressão de um monopólio de produtos linguísticos em toda a sua extensão. O mercado linguístico nacional impõe sanções objetivas e subjetivas que ameaçam qualquer expressão linguística "menor", quer na dimensão, quer no valor de mercado. Estes factos são marcantes na história da cultura e da língua mirandesas principalmente no decorrer da segunda metade do século XX. Porém, o cenário de fim anunciado da língua altera-se com a sua surpreendente oficialização em 1999, momento de viragem na história da língua mirandesa.

No seu estudo, Merlan (2009: 457) refere que um domínio elevado ou muito elevado de saber falar mirandês apenas é privilégio da população adulta, variando a sua proficiência e competência ativa segundo a idade, grau de instrução e local de residência (as diferenças segundo género não são relevantes). Assim, a competência oral aumenta nos escalões etários mais elevados e nos níveis de instrução mais baixos.

Neste sentido, a autora deste estudo conclui que um em cada dois adultos com mais de 60 anos falam muito bem o mirandês, já no intervalo etário de 41 a 60 anos, apenas 2 em cada 5 falam muito bem, e, no escalão etário mais jovem apenas 1 em cada 5 falam muito bem mirandês. Esta realidade, se cruzada com o nível de instrução, traduz outros dados pertinentes: a competência muito elevada na língua mirandesa concentra-se no grupo menos instruído (6 em cada 10) e com a instrução primária (4 em cada 10). Por zona de residência podemos verificar que são as zonas rurais com maior competência (36,45%) face aos da cidade (20%). Os mais jovens (dos 10 aos 17

anos) demonstram uma competência média, mas o dado mais importante é que apenas 2,83% é que dominam muito bem a língua mirandesa. O grupo social mais fluente na língua é assim o mirandês mais idoso e oriundo dos meios rurais. A utilização é centrada no espaço doméstico mas também como língua de sociabilidade entre os amigos e vizinhos mais velhos.

As lutas pelo prestígio social da língua constituem a frente de batalha por conquistar, pois a língua somente será usada e transmitida ativamente quando for considerada pelos próprios falantes (os mais velhos e os mais novos) como capital cultural importante e assim tornar-se numa vantagem social perante os outros produtos linguísticos dominantes (Merlan, 2008: 29-30). No caso mirandês, encarada como língua quase exclusivamente oral e língua do campo, esta língua foi historicamente rotulada como inferior ao mesmo tempo que elementos exteriores (incluindo professores) alimentaram o "complexo de inferioridade" no seu uso e valor aplicado a realidades modernas e técnico-científicas. Como Ferreira (2007) destacou, estes rótulos encontram-se assentes em mitos, como os seguintes: a limitação de uma língua rural; a tendência de que uma língua está em fase de desaparecimento (restando apenas um legado para a memória futura); a ideia de que o seu património linguístico (vocabulário) é escasso e não se pode constituir como elemento de comunicação na vida quotidiana atual dos seus falantes; o preconceito de que a língua mirandesa não pode ser utilizada como expressão de ideias e temas abstratos; a noção de que a língua mirandesa não é suscetível de ser ensinada e aprendida, mas se reduz à transmissão local e social e, finalmente, o mito de que a língua mirandesa não pode assumir-se como uma língua prestigiada e com o estatuto oficial das línguas dominantes.

Finalmente, a grande mudança após a oficialização da língua relacionou-se com os esforços de normalização, tais como a convenção ortográfica, em 1999, aliada ao seu ensino oficial implementado desde 1986 e o seu alargamento a várias escolas (embora limitado ao espaço mirandês), que constituíram as grandes frentes de conservação e revitalização da língua mirandesa. Para além disso, a promoção do mirandês a língua oficial permitiu uma vaga de oferta de novos produtos linguísticos importantes como a presença em jornais e rádios (embora de forma muito reduzida), a criação de blocos em língua mirandesa, a produção de literatura original em língua mirandesa, o aparecimento de grupos musicais com conteúdos em língua mirandesa, a organização de eventos científicos dedicados à língua e cultura mirandesas, entre outras iniciativas locais e nacionais que dignificam a língua e contribuem para a sua manutenção. Por último, as traduções levadas a cabo por Amadeu Ferreira, um intelectual de referência (entre muitos outros com origens em Miranda do Douro), também merecem referência, tais como "Os Lusíadas" de Camões, "Mensagem" de Fernando Pessoa, "Os Quatro Evangelhos", as aventuras de Astérix, de Uderzo e Goscinny, entre muitos outros. Apesar de todas estas projetos, persiste ainda um défice de visibilidade e de presença da língua mirandesa nos espaços públicos e privados mais importantes.

As línguas minoritárias nos Estudos de Tradução

A tradução é frequentemente encarada como uma atividade residual quando comparada com a aprendizagem de uma língua estrangeira ou o uso de uma língua franca, entre outros. Grin (2010: 2) caricatura esta situação da seguinte forma: "the image of a Cinderella confined to domestic chores while her elder sisters, 'lingua franca' and language learning, go to the ball". Segundo este autor (2010: 1), a tradução não aparece numa espécie de vácuo, mas emerge a partir de contextos multilingues, sendo dependente destes e contribuindo para a manutenção e desenvolvimento da diversidade linguística.

Uma crítica relevante deste autor, entre outras, reside no facto de a maioria das abordagens à tradução ignorarem as questões dos contextos sociais nos quais esta atividade se desenrola, como se "translation, though epistemologically situated, were, save a few exceptions, phenomenologically isolated, as if there were not much of a 'before' or an 'after' to translation" (Grin, 2010: 4). Contudo, podem nomear-se alguns (mas poucos) exemplos de abordagens que têm em consideração os contextos sociais, políticos e económicos, tais como Even-Zohar (1990) e a sua teoria dos polissistemas, Munday (2007) e Ost (2009).

Retomando os contributos de Grin (2010: 6-10), este propõe assim um entendimento da tradução como uma relação dinâmica entre os contextos sociais, económicos, políticos, culturais, tecnológicos, o multilinguismo e a política linguística, dado que as políticas linguísticas são o produto de um determinado contexto social e político, que pretende simultaneamente moldar esse mesmo espaço e acaba por influenciá-lo. A título de exemplo, estas políticas podem encorajar ou desencorajar o multilinguismo; o "não fazer nada" é em si uma forma de política linguística, uma decisão deliberada de nada fazer. No entanto, a tradução também se encontra sujeita a padrões dinâmicos, contribuindo ao mesmo tempo para estas alterações. Estas dinâmicas linguísticas, ou seja, a perspectiva dinâmica de um grupo de relações, podem ser internas (segundo processos próprios de alteração) ou externas (de acordo com os processos de desenvolvimento, manutenção e declínio ou morte das línguas).

A presença das línguas minoritárias nos Estudos de Tradução é exigua. Cronin (2003) afirma que "[s]peakers of minority languages looking into the disciplinary mirror of translation studies can also experience the troubling absence of the undead" (Cronin, 2003: 139).

Neste sentido, este autor menciona a lacuna geral para incluir contribuições provenientes de línguas minoritárias em antologias de Estudos de Tradução, tais como a *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* e *Western Translation Theory from Herodotus to Nietzsche*, onde nada se encontra sobre as línguas minoritárias da Europa que, segundo este autor, é paradoxalmente surpreendente, uma vez que: "minority-language cultures are translation cultures par excellence" (Cronin, 2003: 139). Neste contexto, as línguas minoritárias surgem como invisíveis, enquanto os seus tradutores são duplamente invisíveis a um nível teórico (Cronin, 2003: 140).

Como se torna evidente e atual, as línguas minoritárias encontram-se sobre a pressão intensa das línguas dominantes, podendo ao longo do tempo sucumbir aos níveis lexical e sintático ao tornarem-se “imagens refletoras” destas línguas dominantes. A tendência para imitar as línguas dominantes, ao invés da utilização de estratégias fluentes, conduz inevitavelmente a uma tradução contínua por meio de estratégias de imitação, de tal forma que com o tempo a exigência e a necessidade de tradução deixa de se sentir: “[t]here is nothing else to translate” (Cronin, 2003: 141). O papel da tradução neste processo de empobrecimento linguístico é altamente ambíguo, podendo ocupar simultaneamente o lugar de predador e emissário. A tradução pode funcionar como assimilação, se os falantes realizarem auto-tradução para a língua dominante (ex.: o irlandês), ou como diversificação, caso os falantes retenham e desenvolvam a sua língua através de agências de tradução competentes, conseguindo resistir à assimilação.

Estima-se que anualmente desapareçam várias línguas, daí que Cronin (2003: 144-146) defenda que a relação entre tradução e línguas minoritárias se deva assumir como um aspeto central dos Estudos de Tradução e não uma preocupação periférica daqueles interessados em exotismos. Afigura-se fundamental compreender o processo de tradução como uma forma de existência continuada destas línguas e a forma como a auto percepção e a auto confiança dos falantes se encontram relacionadas com os efeitos da tradução.

Ainda segundo Cronin (2003: 148), a ausência de atividade crítica e auto reflexiva no âmbito da tradução produz um conjunto de consequências nefastas. A incapacidade de sinalizar a diferença entre as línguas envolvidas no processo de tradução e a ausência de reflexão sobre as transformações linguísticas esconde a natureza “outra” das traduções de línguas dominantes para línguas minoritárias, deixando estas últimas numa situação vulnerável. Para além disso, esta ausência de reflexão relaciona-se também com o modo como a língua dominante é representada pela língua minoritária na tradução e como esta se vai alterar ao longo do processo de tradução, continuando a teoria da tradução refém das percepções e interesses das línguas dominantes – o que Cronin (2003: 149) designa do triunvirato inglês-francês-alemão – e um privilégio a que só estas línguas podem aceder.

Uma das críticas mais recorrentes face às línguas minoritárias consistiu e consiste ainda na incapacidade de serem instrumentos adequados para refletir o pensamento dos grupos mais letrados, ou seja, para poder exprimir o conhecimento técnico-científico. Cronin (2003: 150) designa esta tendência de encaras as línguas minoritárias como “the antiquarian perspective”, a incapacidade de estas línguas se adaptarem às complexidades da vida moderna e da tecnologia. Este argumento foi já desferido aquando do processo de autonomização das línguas veculares face ao latim, capacidade que estas línguas demonstraram possuir e que lhes permitiu no século XIX, durante o Romantismo, assumirem-se como línguas nacionais e anutarem simultaneamente os restantes dialetos falados nessas nações.

A Tradução Audiovisual

A tradução ocorrida nos meios audiovisuais ou tradução audiovisual (TAV) tem vindo a assumir inúmeras designações ao longo das últimas 3 décadas, tais como “constrained translation” ou “traducción subordinada” (Tifford, 1982; Mayoral, 1984 e 1993), “film translation” (Snell-Hornby, 1988), “screen translation” (Mason, 1989), “media translation” (Egulluz, 1994), “audiovisual translation” (Luyken, 1991; Dries, 1995; Shuttleworth e Cowie, 1997; Baker, 1998); “(multi) media translation” (Gambier, Gottlieb 2001), “audiovisual localisation” (Prieto *et al.*, 2007). Orero (2004) propôs o nome de “dynamic umbrella” para pacificar a diversidade terminológica da disciplina.

Uma das primeiras tentativas de classificação data de 2003, quando Gambier (2003) dividiu a TAV em tipos dominantes – a legendagem interlinguística, a dobragem, a interpretação consecutiva e simultânea, o *voice-over*, o comentário livre, a tradução à vista e algumas produções multilingues – e tipos que então se apresentavam como inovadores – a tradução de guiões, a tradução intralinguística (tais como a legendagem para surdos), a legendagem ao vivo e a áudio-descrição. Desde 2003, a TAV continuou o seu desenvolvimento de forma a abranger o que atualmente se designa como questões de acessibilidade.

No entanto, o nosso objetivo centra-se na breve discussão de dois modos mais tradicionais e dominantes da TAV, ou seja, a dobragem e a legendagem interlinguística, modos que desejamos potenciar na realidade linguística mirandesa.

A dobragem é frequentemente considerada como “revoicing” (Shuttleworth & Cowie, 1997; Baker & Hochel in Baker, 1998), um termo mais geral que abrange qualquer técnica de substituição do som original por outro, ou seja, a dobragem e o *voice-over*. A dobragem é então um processo que exige simultaneamente a sincronização labial, facial, gestual e visual, enquanto o *voice-over* ou dobragem parcial significa que o som original é somente reduzido a níveis inferiores, podendo a tradução ouvir-se sobre o original (cf. Chaume, 2003; Gambier, 2003).

Relativamente à legendagem, esta consiste na tradução de textos orais sob a forma de legendas, tradicionalmente colocadas na parte inferior do ecrã e que, por norma, não ultrapassam as duas linhas, havendo contudo diversas exceções. De acordo com a transferência linguística em causa, a legendagem pode ser intralinguística, ocorrendo no âmbito da mesma língua, como o é o caso da legendagem para surdos, ou interlinguística se esta envolver a tradução entre línguas diferentes. Nos diversos tipos de TAV, existe uma interação entre quatro canais comunicativos diferentes: o canal auditivo-verbal (diálogos, vozes de fundo, letras de músicas); o canal auditivo e não-verbal (a música, os sons da natureza, os efeitos sonoros); o canal visual e verbal (títulos, signos escritos no ecrã); e o canal visual e não verbal (a composição da imagem e a sequência narrativa) (Gottlieb in Baker, 1998: 247).

Díaz-Cintas (2003: 50) descreve o panorama da Europa ocidental como estando dividida entre os países que preferem a dobragem, como a França, a Espanha, a Itália e a Alemanha, e aqueles que favorecem a legendagem,

por exemplo, Portugal, a Holanda, a Grécia e diversos países escandinavos. No que se refere à Europa central e de leste, esta divisão não se revela tão nítida: por um lado, a Roménia, a Bulgária e a Eslovénia escolhem a legendagem, e, por outro, a Polónia, a Estónia, a Letónia, a Lituânia mostram inclinação pelo *voice-over*. Contudo, deve mencionar-se que a preferência por uma ou outra modalidade depende muitas vezes do produto audiovisual em causa. A título ilustrativo, pode mencionar-se que em Portugal a legendagem é o modo preferencial para longas metragens e séries televisivas, a dobragem para programas infantis e os documentários durante muitos anos resultavam de uma mescla entre a legendagem para o narrador e o *voice-over* para intervenções de especialistas e afins.

Estas diferentes estratégias audiovisuais acabam por cumprir funções claramente sociais: “[d]ifferent modalities have been used by dominant cultures as instruments to reinforce nationalistic feelings and political and cultural centralization” (Franco, 2001: 177).

É oportuno referir as pretensões de domesticação ou estrangeirização levadas a cabo por diferentes modalidades de TAV. A domesticação é personificada pela dobragem, uma vez que “[i]t is an assertion of the supremacy of the national language and its unchallenged political, economic and cultural power within the nation’s boundaries” (Danan cit. Zaro Vera in Duro, 2001: 55). Ballester (1995) defende que a tradição espanhola de dobragem foi o resultado das escolhas da ditadura de Franco, enquanto outros autores, tais como Agost (1996) e Ávila (1997), concluem que esta escolha pretendia impedir o desenvolvimento das línguas minoritárias em Espanha.

Relativamente às estratégias de estrangeirização, estas permitem a consciencialização do que é estrangeiro e apresentam uma alternativa à situação doméstica opondo-se a esta, “challenging literary canons, professional standards and ethical norms in the target language” (Venuti in Baker, 1998: 242) e tornando-se um meio de inovação cultural. A estrangeirização reproduz as idiossincrasias culturais do texto de partida, tornando-se “ethnoveviant pressure of those values to register the linguistic and cultural difference of the foreign text, sending the reader abroad” (Venuti, 1995: 20). Esta abordagem é tipicamente assumida pela legendagem, através da qual o público tem acesso ao texto de partida e, ao mesmo tempo, à tradução do texto na sua própria língua. No entanto, e paradoxalmente, esta foi a opção do ditador português, António Salazar, que exerceu a sua censura no contexto audiovisual através da legendagem. Segundo Pieper (forthcoming: 3), esta escolha esteve dependente do elevado número de iliteracia (aproximadamente 40% em 1950), que conduziu a que “large parts of the population were excluded from the pleasure, or understanding, of foreign films. In the full interest of the state’s ideology, they were ‘protected’ from influences from abroad”.

No caso de outros países, as opções afiguram-se mais complicadas, já que cada uma das linhas das legendas está reservada a diferentes línguas oficiais. Este é o caso da Bélgica que divide o ecrã entre o flamengo e o francês e da Finlândia para o finlandês e o sueco.

No entanto, estas preferências baseiam-se em hábitos culturais construídos ao longo de diversas décadas, mas não são impeditivas de incursões em novas modalidades de TAV, as quais acabam por testar os limites da própria língua, levando-a a desenvolver novas formas linguísticas por meio da abreviação ou da amalgama.

De acordo com Garcia-Ripoll (2001: 123), a tradução audiovisual contribui explicitamente para a homogeneização de línguas em vias de normalização, especialmente porque oferece um modelo de “bom uso” da norma-padrão. Esta autora menciona o caso dos canais televisivos das regiões autónomas da Catalunha, da Galiza e da Euskadi. Segundo Jones (2004: 6), o nível de oferta audiovisual na Catalunha excede largamente aquilo que é disponibilizado pela grande maioria das línguas minoritárias da Europa. Esta oferta exponencial pode ser comprovada pelos seguintes factos respeitantes ao caso catalão.

O primeiro canal de televisão catalão a ser estabelecido foi Televisió de Catalunya (TV3) que, juntamente com a Catalunya Ràdio, constitui a CC/RTV (Corporació Catalana de Radio i Televisió). Esta foi criada em 1983 e passou a transmitir diariamente em Janeiro de 1984, sendo recebida pela Comunidade Autónoma da Catalunha, o Principado de Andorra, a Comunidade Autónoma de Valência, as Ilhas Baleares e a região francesa de expressão catalã. O segundo canal da TV3 é o Canal 33 que começou as suas transmissões em 1989. Para além destes, esta comunidade conta ainda com um canal privado, mais vocacionado para as camadas jovens, Flaix TV. A atividade destes canais apoia-se na Comissão de Normalização Linguística com a função de assegurar o nível do catalão falado; guiões e outros textos são corrigidos e a pronúncia, gramática e léxico dos mesmos é alvo de aconselhamento. Paralelamente, devem igualmente conformar-se à política linguística do governo autónomo da Catalunha, usando a norma padrão catalã, e obedecer às recomendações do Instituto de Estudos Catalães, das principais autoridades lexicográficas e do TERMCAT no que diz respeito aos neologismos e aos termos técnicos. (Jones 2004: 4)

Em 1984, o Parlamento Valenciano estabeleceu o Canal Nou, um canal bilingue que está no ar desde 1989 e que transmite 92 horas por semana, 70% em valenciano e 30% em castelhano, ao qual se juntou um segundo canal em 1997 – Punt Dos. Relativamente a França, F3 Sud transmite 5 minutos por semana de noticiários em catalão e a cada 3 semanas um programa de 15 minutos. (Jones 2004: 4)

Da palavra ao ecrã: a defesa das línguas minoritárias

Reyhner afirma que a defesa da língua diz respeito não somente à escola, mas também é da responsabilidade da comunidade falante que deve procurar formas eficazes de estabilizar e revitalizar o seu uso no interior do seu território vital, ou seja:

*This is, to a large extent, a family and community issue. Exclusive focus on education and schools can compound, rather than solve, the problem of language shift. Groups who are succeeding in saving their language have found ways to revitalize and stabilize their speech community. In these cases, schools play a role, but the community is the primary focus of action." (Reyhner, 2007: 3)

Podemos dizer que a importância do bilinguismo e a recuperação do uso formal e informal da língua mirandesa (com práticas escritas e orais, de leitura e audição) dependerão do recurso a vários suportes possíveis para a língua, sendo assim pertinente discutir a importante função social da TAV, particularmente da legendagem e da dobragem, para a defesa de uma língua que perde espaço e uso face ao contacto massivo com o português.

Uma língua minoritária estará sempre exposta a diferentes ameaças e luta constantemente contra adversidades impostas no decurso do seu ciclo de vida. Uma língua não sobrevive se não for usada, se não for transmitida, se não for reproduzida. Assim será fundamental, para qualquer língua, e se desejar aproximar os seus falantes mais valiosos (gerações mais idosas) dos seus falantes mais vanguardistas (os mais jovens), recorrer a um importante recurso e suporte vital de uma língua: os media. Estes podem contribuir para reforçar a comunicação entre uma cultura oral tradicional e a cultura escrita da pós-oficialização e, por outro lado, contribuir para o reconhecimento da língua mirandesa, agora língua oficial normalizada, apesar de existirem ainda variantes intra-regionais em amplo uso.

Se os meios de comunicação serviram (e servem ainda) para a dominação linguística, decorrente da económica e cultural, de uma comunidade nacional ou internacional (Ramonet, 1998: 135-147), servirão certamente também para a resistência da expressão linguística das minorias. A aliança entre economia e recursos mediáticos é uma fórmula de poder que vence as fronteiras da política. Que a política linguística das minorias recorra a ela para sua defesa parece um desafio bem mais difícil de acionar.

Hourigan (2003: 1, 7) afirma que as minorias linguísticas da Europa se colocaram no centro de inúmeras controvérsias relacionadas com a necessidade (e exigência) de serviços de televisão, especialmente para as suas próprias comunidades, oferecendo uma perspectiva histórica destas campanhas de reivindicação. Segundo esta autora, esta exigência de serviços de televisão para as línguas minoritárias só se tornou evidente a partir da década de 70 do século XX, apesar de a preocupação com a ausência de voz das línguas minoritárias na rádio se ter sentido entre as décadas de 20 e 30 do mesmo século. A partir da década de 50, com o desenvolvimento da televisão, a invisibilidade das línguas minoritárias foi reforçada, independentemente da oferta residual de pequenos programas centrados, por exemplo, em tradições religiosas ou culturais. Estas comunidades sentiam que estes serviços nacionais de televisão e rádio as marginalizavam e ignoravam, integrando-se num conjunto de mecanismos consideravelmente eficazes para a dominação destes grupos, utilizados para a estigmatização das línguas minoritárias.

Esta falta de visibilidade e de poder para manter uma língua também é, segundo Bourdieu (1977: 4) um processo de dominação na construção de uma imagem do mundo social (com efeito direto na sua expressão linguística e nas suas identidades) que pertence aos falantes, não lhes sendo oferecida a voz distinta e pessoal: "les classes dominées ne parlent pas, elles sont parlées".

Hourigan (2003: 3, 6) refere que estas comunidades pretendiam manter a identidade etno-linguística mais tradicional, mas ao mesmo tempo exprimi-la através dos espaços culturais mais sofisticados e complexos à disposição dos europeus. Paradoxalmente, foi o desenvolvimento dos próprios meios globais de comunicação social que possibilitou que as línguas minoritárias se consciencializassem das suas distintas identidades culturais. Desta forma, a década de 60 marcou o início de movimentos mais agressivos pela luta ao acesso aos meios de comunicação social, nomeadamente a televisão e a rádio, devido a "the liberating and empowering qualities in radio and television" (Hourigan 2003: 1). Foi nesta altura também que as comunidades das línguas minoritárias mais fortes – a catalã e a galesa – se juntaram a este grupo e, mais tarde, nas décadas de 80 e 90, outras menos fortes, tais como a escocesa (Hourigan 2003: 2).

Como consequência, estas línguas minoritárias conquistaram os seus próprios canais de televisão – S4C, TG4, TV3, TVG, ETB e CTG – conseguindo simultaneamente questionar os estereótipos tradicionalmente associados às línguas minoritárias. Vários autores citados por Hourigan (2003: 8) referem que um dos resultados mais visíveis destas conquistas foi permitir que estas comunidades "[had] much greater associations with glamour, modernity and youth". Outro resultado consistiu na circulação de elites: a classe média pertencente às comunidades destas línguas minoritárias alcançou mobilidade social e o estabelecimento destes canais possibilitou a criação de postos de trabalho no âmbito da indústria dos media, contribuindo igualmente para a circulação entre as indústrias nacionais dos media e as instituições políticas e culturais nacionais (Hourigan 2003: 8-9).

Bourdieu clarifica uma questão central na defesa das línguas minoritárias através da metáfora da economia de trocas económicas e simbólicas:

"É o que faz com que aqueles que querem defender um capital linguístico ameaçado, como acontece hoje em dia em França com o conhecimento das línguas antigas, estejam condenados a uma luta total: só é possível salvar o valor da competência na condição de salvar o mercado, ou seja, o conjunto das condições políticas e sociais de produção dos produtores-consumidores." (Bourdieu, 1998: 41)

Relembramos que esta luta significa um esforço para assegurar e manter a adoção e uso da língua minoritária por parte de uma comunidade de falantes que, expostos ao seu poder legítimo (agora como língua oficial), reconhecem

o seu valor no interior do mercado linguístico onde participam. O caso do poder legitimador do ecrã pode ser um exemplo de valorização do mercado linguístico interno mirandês.

Jones (2004: 9-10) complementa aquilo que Cormack (2004) referiu sobre as vantagens dos media para as línguas minoritárias. O papel dos media nas estratégias de revitalização de uma língua minoritária é fundamental não só do ponto de vista dos falantes, mas também da perspectiva da língua em si. Os meios de comunicação social na língua minoritária têm de ser encarados como uma questão de direitos humanos e do direito à igualdade de acesso ao discurso público. Assim, a possibilidade de a comunidade se representar dentro do seu contexto e na sua própria língua pode funcionar como um contrapeso face à tendência para encerrar as línguas minoritárias como objeto de contemplação cultural, quase como uma expressão de exotismo histórico. Para além disso, a disseminação de novos termos pode ser facilitada por estes meios de comunicação social e, nos casos em que não existam instituições para esta regulamentação linguística (como é o caso do mirandês), são frequentemente estes meios que cunham neologismos com vista a uma comunicação eficiente. Finalmente, o efeito que a presença audiovisual desenvolve no estatuto da língua minoritária é considerável, contribuindo para a melhoria das atitudes da maioria dos falantes face à sua própria língua e encorajando-os a utilizá-la e permitindo maximizar a (re)ligação de alguns falantes geograficamente mais afastados da sua comunidade linguística.

Desta forma, a sobrevivência das línguas minoritárias é uma luta significativa de resistência, de combate pela manutenção de uma cultura, de uma identidade, de uma comunidade face ao monopólio linguístico nacional. As pessoas transportam este tesouro linguístico e violá-lo, ao não criar condições para a sua existência e sobrevivência, é uma forma de negligenciar e impossibilitar a comunicação de pessoas e comunidades numa língua diferente da dominante.

Parece ser unânime destacar a importância do ecrã, da televisão e das outras formas audiovisuais para a defesa, manutenção e revitalização das línguas minoritárias, pois reconhece-se nestes suportes a capacidade de comunicação em espaços vitais do quotidiano das coletividades. Surge assim como meio privilegiado de chegar a públicos privados (visualização no espaço doméstico), bem como a espaços públicos e semi-públicos (emissão de filmes em auditórios de freguesias rurais e em escolas públicas) (Kelly-Holmes, 2002).

Conclusão

O ecrã ultrapassa qualquer barreira ou distância física, permitindo um contacto sem precedentes com a comunidade linguística em causa (O'Connell, 2000: 66). No entanto, O'Connell relembra que num cenário de reduzido número de falantes proficientes e de declínio dos espaços de transmissão intergeracional da língua minoritária, os media não podem ser um mero suporte de entretenimento, para passarem a ser um estratégico suporte educacional e promotor de um prestígio da cultura oral, bem como uma forma de expor diferentes gerações à variedade linguística. Esta inovação dos produtos linguísticos disponíveis permite atingir um nível de realização da língua minoritária que provoca efeitos de (re)apropriação, evolução e diferenciação no uso e valor da língua. Segundo Bourdieu (1998: 15), neste processo de (re)conhecimento dos novos produtos linguísticos, o produto linguístico somente atinge a plenitude da sua realização enquanto mensagem (portadora de sentido e diferencial valor) quando é alvo de descodificação, sendo que os esquemas de interpretação que os recetores colocam em ação na sua apropriação (criadora) do produto proposto podem estar afastados daqueles que orientaram a produção. Esta margem de criatividade social no uso, circulação e valorização da língua permite tornar um determinado mercado linguístico evolutivo e diferenciado quanto ao valor simbólico dos seus produtos como também, e não menos importante, aos sentidos dos discursos que nele são produzidos. Assim, também o ecrã se pode assumir no contexto atual da língua mirandesa como um produto linguístico inovador (na leitura e na audição) e indutor de criatividade e reflexividade da própria língua.

O ecrã pode aproximar duas gerações que se divorciam por força das alterações e dinâmicas sociais observadas nos territórios do interior portugueses, ou seja, perante fenómenos como o envelhecimento, desertificação, isolamento, fraco dinamismo económico, crescente escolarização e distanciamento face ao habitat da comunidade mirandesa – principalmente quando o emprego e o modo de vida das gerações mais jovens têm de ser procurados fora desta. Num período em que a fluência do mirandês é monopólio dos mais velhos, ou seja, num momento em que o conhecimento e proficiência dos mais novos são residuais face à proficiência oral dos mais velhos (Martins, 1994 e Merlan, 2009), parece-nos ainda mais urgente entender a necessidade de criar novos suportes de aprendizagem da língua mirandesa (em especial para os mais novos) que promovam o contacto em fases precoces com a língua na sua forma escrita (complementando a escola nos seus diferentes níveis) e na sua forma falada (aproximando-os da proficiência dos mais velhos).

No conjunto, os dados fornecidos por Merlan (2009) oferecem um quadro dramático que indicia um processo gradual de substituição linguística a favor da língua portuguesa e fundamentalmente essa mudança opera-se no seio familiar e no espaço doméstico, precisamente o núcleo vital da sobrevivência de uma língua minoritária. O ecrã pode mediar e atenuar este efeito de substituição linguística ao reverter este processo em várias dimensões. Este facto permite a abertura de um importante debate sobre como inverter a substituição linguística quando a força da língua dominante é evidente e sugere um amplo processo de dominação assente nas instituições do Estado e no enfraquecimento da variedade e quantidade dos produtos linguísticos produzidos na língua minoritária. A questão do envolvimento dos Estados é uma exigência patente em diversos documentos europeus e internacionais.

Esta responsabilidade é mais evidente no caso do Estado português não só porque a oficialização do mirandês ocorreu muito tardiamente em comparação com outros exemplos já referidos, mas também dado que a política de

planeamento linguístico no período pós-oficialização deveria contemplar apoios (ex.: financiamento e criação de um instituto dedicado à promoção e normalização da língua mirandesa) conducentes à verdadeira manutenção linguística através das escolas (ensino e agentes educacionais) e dos meios de revitalização intergeracional de uma língua, especialmente a rádio, os jornais e a televisão.

Tal como Hourigan (2003) afirmou, a verdadeira estratégia de defesa e revitalização da língua assenta também na manutenção e diversificação das atividades económicas locais, permitindo às coletividades subsistirem e reproduzirem os seus modos de vida. O'Connell (2003: 14) apresenta o caso de um ministro irlandês que vaticinou o seguinte em 1975, referindo-se à situação das comunidades falantes do irlandês: sem empregos, não há pessoas, sem pessoas não há comunidade, sem comunidade não há língua.

Segundo Riggins (1992: 283), os meios de comunicação relacionados com as línguas minoritárias desempenham um papel fundamental para a sua defesa:

"Ethnic minority media are making a substantial contribution to the continued survival of minority languages. The skills of imperfect speakers are improving, languages are being modernized by the addition of new technical vocabulary related to contemporary life (...) Ethnic minority media give the young an opportunity to relate to role models speaking their native language. The public validation of minority languages by their use in the media is important for their survival especially in the eyes of the young who would be most tempted to speak exclusively the majority language."

Paralelamente, Lysaght (2009: 46) complementa esta ideia afirmando que "[n]ational television plays a key role in exploring central beliefs and versions of official and popular culture [yielding] a rich creative harvest". Mais do que a questão do número de falantes de uma língua minoritária, a presença nos meios de comunicação reforça e apela a um sentimento de identidade social, sendo simultaneamente uma forma de respeitar o legado dos antepassados e o espelho de um modo específico de ver o mundo. Estas línguas minoritárias mais do que um valor funcional assumem um valor simbólico para o qual a televisão vem contribuir: "[t]he language used in broadcasting has huge symbolic significance" (Lysaght *ibidem*) – outra língua, que não a dominante, oferece um filtro diferente através do qual se observa os acontecimentos do mundo.

Esta mesma autora sublinha que a oferta de um serviço televisivo, para além de ser um processo complexo e gradual, através do qual a língua minoritária se relaciona com a sua herança, possibilita-lhe igualmente a entrada no reino da história profunda e da memória cultural. De acordo com Horomia (2008 *apud* Lysaght 2009: 47), a MTS (*Minority Language Television*) desempenha um importante papel no desenvolvimento da identidade e orgulho Maori: "We are no longer defined by a past of loss and pain. We are defined by... broadcasters".

Contudo, Lysaght (2009: 47) afirma que as línguas minoritárias enfrentam neste contexto diversos desafios, nomeadamente o investimento, a existência de falantes proficientes com os requisitos necessários para desempenharem funções técnicas, a identificação e o alcançar do público-alvo e numerosas questões linguísticas, tais como a criação de terminologia, a disponibilização de legendagem e/ou dobragem e o tratamento de dialetos distintos.

Em suma, a língua mirandesa encontra-se numa fase de revitalização que não pode excluir as potencialidades do uso do ecrã como estratégia de legitimação e de revalorização que a dobragem e a legendagem permitem. A atração dos conteúdos que podem ser explorados através do ecrã permite cumprir diferentes objetivos, tanto para a comunidade linguística como para a língua em si.

Finalmente, Cormack (2004: 4) reitera que o papel dos media para a defesa das línguas minoritárias se fundamenta em diferentes aspetos. Os media eletrónicos podem assumir um importante papel simbólico para estas comunidades linguísticas, sendo um sinal de que tanto a língua como a comunidade conseguem ler e interpretar o mundo contemporâneo, refutando a ideia de que pertencem a um património ultrapassado e antiquado. Estes podem ainda contribuir para um desenvolvimento económico sustentado, incluindo a criação de novos postos de trabalho atrativos para jovens no contexto das línguas minoritárias. Para além disso, são fundamentais para o desenvolvimento de uma esfera pública dentro da comunidade linguística, permitindo que a comunidade política local ganhe dinamismo e possa criar uma nova agenda política (nos domínios linguístico e cultural). Finalmente, estes meios afiguram-se indispensáveis nas representações da comunidade, na sua imagem e estatuto tanto dentro da sua própria comunidade como para o exterior.

Bibliografia

- ALVES, António Bárbolo – "La llingua mirandesa: an cruzelhadás i caminos de l último secló": RODRÍGUEZ, José R. Morala, ed., Ramón Menéndez Pidal y El dialecto leonés (1906-2006). Instituto de la Lengua Castellano y Leonés, Colección Beltenebros, 2008, 295-323. ISBN: 9788493577452.
- BAKER, Mona, ed. (1998) – Routledge Encyclopedia of Translation Studies, London/New York, Routledge, 653 pp, ISBN: 0-415-09380-5.
- BOURDIEU, Pierre – "La Paysannerie, une classe objet": Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 17/18, 1977, 2-5.
- BOURDIEU, Pierre. O que falar quer dizer – A economia das trocas linguísticas. Traduzido do francês por Wanda Anastásio. Lisboa: Difel, 1998, 222 pp, ISBN: 972-29-0401-9.
- CAHEN, Michel. (2009) – Le Portugal Bilingue. Histoire et droits politiques d'une minorité linguistique: la communauté mirandaise, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 211 pp, ISBN: 978-2-7535-0771-5.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Traduzido do inglês por Alexandra Lemos, Catarina Lorga e Tânia Soares. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, 713pp, ISBN: 972-31-0984-0.

- CORMACK, Mike – "Developing Minority Language Media Studies", in Mercator Media Forum, 7:1, 2004, 3-12. <http://www.aber.ac.uk/mercator/images/filbao.pdf> (acedido em 31/05/2012).
- CRONIN, Michael (2003) – Translation and Globalization, New York, USA, Routledge, 197pp, ISBN: 0-415-27064-2.
- Díaz Cintas, Jorge (2003) – Teoría y práctica de la subtitulación Inglés-Español, Barcelona, Editorial Ariel, 407pp, ISBN: 84-344-6812-3.
- FERREIRA, Amadeu – "Statut Jurídico de la Lhèngua Mirandesa": V Simpósio Anternacional de lHènguas europeias i legislaçones. Anclabes lhenguísticas na União Europeia. Barcelona, CIEMEN (Centre Internacional Escarré per a les Minories Ètniques i les Nacions), 2002, 65-86, ISBN: 84-8334-370-3.
- FERREIRA, Amadeu – "A língua mirandesa: da diversidade à unidade e a superação do complexo de patinho feio": Colóquios – Lusofonia, Diversidades Culturais. Línguas, Culturas e dialectos minoritários (Actas do congresso). Bragança, Câmara Municipal de Bragança, 2007, 141-157.
- FRANCO, P. C. Eliana – "Inevitable exoticism: the translation of culture-specific items in documentaries": CHAUME, Frederic, AGOST, Rosa, ed., La traducción en los medios audiovisuales. Castelló de la Plana, Universitat Jaume I, 2001, 177-181, ISBN: 84-8021-321-3.
- GARCIA-RIPOLL, Martí – "La intervenció lingüística en versions doblades i subtitulades. El cas català": CHAUME, Frederic, AGOST, Rosa, ed., La traducción en los medios audiovisuales. Castelló de la Plana, Universitat Jaume I, 2001, 123-134, ISBN: 84-8021-321-3.
- GRIN, François – "Translation and the Dynamics of Multilingualism", 2010. <http://www.unige.ch/traduction-interpretation/recherches/groupes/elf/documents/elfwp3.pdf> (acedido em 29/05/2012)
- HAGÈGE, Claude. On the death and life of languages. Traduzido do francês por Jody Gladding. New Haven/London, Yale University/Odie Jacob, 2009, 363 pp, ISBN: 978-0-300-16787-0.
- KELLY-HOLMES, Helen, ed. (2002) – Minority Language Broadcasting: Breton and Irish, Clavedon, Multilingual Matters, ISBN: 1-85359-568-3.
- LYSAGHT, Ruth – "Language Image in National Minority Language Television Idents. TG4 (Teilifís na Gaeilge, Ireland) and Whakaata Maori (Maona Television, New Zealand)": Estudios Irlandeses, 4 (2009), 45-57, ISSN: 1699-311X.
- MARTINS, Cristina S. P. (1994) – Estudo sociolinguístico do mirandês. Padrões de alternância de códigos e escolha de línguas numa comunidade trilingue (dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Inédita), Coimbra: Universidade de Coimbra.
- MARTINS, Cristina S. P. – "A situação sociolinguística do mirandês e a lei 7/99 de 29 de Janeiro": V Simpósio Anternacional de lHènguas europeias i legislaçones. Anclabes lhenguísticas na União Europeia. Barcelona, CIEMEN (Centre Internacional Escarré per a les Minories Ètniques i les Nacions), 2002, ISBN: 84-8334-370-3.
- MERLAN, Aurélie – "Que futuro para as línguas minoritárias recessivas? (com referência especial ao mirandês)": Tierra de Miranda – Revista do Centro de Estudos António Maria Mourinho, Miranda do Douro, CEAMM, 2008, 10-30, ISSN: 1646-4982.
- MERLAN, Aurélie. (2009) – El mirandês. Situación sociolingüística de una lengua minoritaria en la zona fronteriza portuguesa-española, Oviéu, Academia de la Llingua Asturiana, 520 pp, ISBN: 978-84-8168-461-2.
- O'CONNELL, E.M.T. (2003) – Minority Language Dubbing for Children: Screen Translation from German to Irish, Bern, Peter Lang, 211 pp, ISBN: 3-03910-011-4.
- O'Connell, E.M.T. – "Minority language dubbing for children: Strategic considerations": JONES, G., ed., Proceedings of the Mercator Conference on Audiovisual Translation and Minority Languages, Aberystwyth, Mercator Media, 2000, 62-72, ISBN: 978-3-03910-011-8.
- PIEPER, Katrin – "Censorship in subtitling during the Estado Novo in Portugal" (forthcoming).
- RAMONET, Ignacio. (1998) A Geopolítica do Caos. Traduzido do francês por Guilherme João de Freitas Teixeira, Petrópolis, Editora Vozes, 1998, 155 pp, ISBN: 85-326-1983-5.
- REYHNER, Jon – "Rationale and Needs for Stabilizing Indigenous Languages": CANTONI, Gina, ed., Stabilizing indigenous languages, Flagstaff, AZ: Northern Arizona University, 2007, 3-14.
- RIGGINS, S. H. – "The Promise and Limits of Ethnic Minority Media": RIGGINS, S. H., ed., Ethnic Minority Media, Newbury Park, CA, Sage Publishers, 1992, 276-288, ISBN: 0803947240.
- SHUTTLEWORTH, Mark, COWIE, Moira, ed. (1999) – Dictionary of Translation Studies, Manchester, St Jerome Publishing, 233 pp, ISBN: 1-900650-03-7.
- VENUTI, Lawrence (1995) – The Translator's Invisibility, London/New York, Routledge, 353 pp, ISBN: 0-415-11538-8.
- WOLTON, Dominique (2004) – A Outra Globalização, Alégis, Difel, 192 pp, ISBN: 9789722906975.